

SUMÁRIO

À Guisa de Apresentação	15
Prefácio	19

ALEXANDRE JEAN DAOUN

A Participação do Ofendido na Ação Penal Pública.

Pontos Controvertidos

A Participação do Ofendido na Ação Penal Pública.	
Pontos Controvertidos	22
1. Noção Histórica e Introdução sobre o Papel da Vítima no Processo Criminal	22
2. As Expressões 'Vítima', 'Lesado' e 'Ofendido' no Código de Processo Penal: Distinção de Nomenclatura e Condição de Sujeito Processual	26
3. Legitimidade Constitucional e o Interesse do Assistente na Atuação em Juízo	28
4. Efetiva Atuação no Processo	31
5. Conclusão	34
6. Referências	35

CARLOS ALBERTO CORRÊA DE ALMEIDA OLIVEIRA

RONALDO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA

*A Criminalidade Moderna e as Garantias Constitucionais. A Influência da
Globalização no Direito Penal e Direito Processual Penal*

A Criminalidade Moderna e as Garantias Constitucionais. A Influência da Globalização no Direito Penal e Direito Processual Penal	38
I. Introdução	38
II. Conceitos, Características e Expressões Comuns da Criminalidade Moderna	39
III. Princípios e Garantias Constitucionais	42
IV. A Internet, um dos Principais Instrumentos para a Prática de Crimes Modernos	54

V. A Influência da Globalização no Direito Penal e Processual Penal	56
VI. Conclusões	59
Bibliografia	64

CHRISTIANO JORGE SANTOS

Racismo ou Injúria Qualificada?

Racismo ou Injúria Qualificada?	68
Breve histórico da intolerância	68
Abordagem jurídico-penal da questão	70
Da definição de racismo	77
Bibliografia	83

CLÁUDIO JOSÉ PEREIRA

Política Criminal e os fins do Direito Penal no Estado Social e Democrático de Direito

Política Criminal e os fins do Direito Penal no Estado Social e Democrático de Direito	86
Bibliografia	110

CLEBER ROGÉRIO MASSON

O Direito Penal do Inimigo

O Direito Penal do Inimigo	114
1. Introdução	114
2. Evolução dos Pensamentos Penais	115
3. Direito Penal do Fato e Direito Penal do Autor	131
4. Direito Penal Mínimo	133
5. Movimentos de Recrudescimento do Direito Penal	135
6. Crítica às Denominações: "Mínimo" e "Máximo"	138
7. O Direito Penal do Inimigo	141
8. Conclusão	150
Bibliografia	152

Da nova interpretação do artigo 567 do Código de Processo Penal Brasileiro após a Constituição Federal de 1988

Da nova interpretação do artigo 567 do Código de Processo Penal Brasileiro após a Constituição Federal de 1988	156
1. Introdução	156
2. Histórico	156
3. Do <i>Due Process of Law</i>	157
4. Do Princípio do Promotor Natural	158
5. Do Princípio do Juiz Natural	159
6. Da Abrangência da Nulidade	162
7. Da Incompetência e da Eiva de Cunho Absoluto	163
8. Da Impossibilidade da Ratificação de Atos, Termos e Decisões Judiciais Proferidas por Juiz Incompetente	169
9. Da Inadmissibilidade da Permanência nos Autos da Prova Reconhecidamente Ilícita, Emanada por Juiz Incompetente	173
10. Do Meio e Recurso Judicial Próprio para Suscitar a Incompetência	177
11. Conclusões	180
Bibliografia	181

FABÍOLA EMILIN RODRIGUES

Princípio da Laicidade, Liberdade de Consciência e Neutralidade do Poder Político

Princípio da Laicidade, Liberdade de Consciência e Neutralidade do Poder Político	184
1. Introdução	184
2. Breve Evolução das Previsões Legais do Princípio da Laicidade	186
3. Liberdade, Igualdade e Fraternidade (<i>Liberté, Égalité, Fraternité</i>)	188
4. Laicidade	189
5. Contexto Social	190
6. Cenário Religioso Atual na França	191
7. Escola	192

8. Discurso do Presidente da República Francesa, Jacques Chirac - Paris, 17 de Dezembro de 2003	193
9. Projeto de Lei nº 1378	195
10. Texto da Lei - Lei nº 2004-228, de 17 de Março de 2004	200
11. Outros Países	205
12. Princípio da Laicidade em Confronto com outros Princípios Constitucionais	206
13. Laicidade e Liberdade de Consciência	208
14. Conclusão	210
Bibliografia	211

FÁBIO RAMAZZINI BECHARA

Processo Penal Contemporâneo: Interface entre Eficiência e Garantias – Questões Pontuais

Processo Penal Contemporâneo: Interface entre Eficiência e Garantias – Questões Pontuais	214
1. Introdução	214
2. Agente infiltrado: reflexos penais e processuais	214
3. Crime organizado e interceptação telefônica	217
4. Videoconferência: princípio da eficiência versus princípio da ampla defesa (direito de presença)	221
5. Conclusão	224

FLÚVIO CARDINELLE OLIVEIRA GARCIA

Formas Alternativas de Resolução de Conflitos.

Uma Abordagem no Âmbito do Direito Penal e Processual Penal

Formas Alternativas de Resolução de Conflitos – Uma Abordagem no Âmbito do Direito Penal e Processual Penal	226
Introdução	226
1. Breves notas sobre a Jurisdição	227
2. A crise no judiciário	229
3. Métodos alternativos para solução de conflitos	231
4. Aplicabilidade dos mascs no âmbito penal	267

Conclusão	293
Referências Bibliográficas	295

HUMBERTO GOUVEIA

Fundamentos e Limites do Sigilo Bancário

Fundamentos e Limites do Sigilo Bancário	298
1. Introdução	298
2. Intimidade e vida privada	298
3. Cidadania	301
4. Extensão do sigilo bancário	304
5. Sigilo bancário e sigilo fiscal	307
6. Sigilo absoluto	309
7. Sigilo relativo	310
8. Inexistência de sigilo	314
9. Conclusão	315
10. Bibliografia	316

ILA BARBOSA BITTENCOURT

A Instituição do Livramento Condicional

A Instituição do Livramento Condicional	318
1. Introdução ao projeto	318
2. Individualização da pena	319
3. O livramento condicional	320
4. Conclusão	338
5. Bibliografia	340

ILAN DRUKIER WAINTROB

O sistema internacional e interamericano dos direitos humanos. Estratégias para o fortalecimento de seus mecanismos de proteção

O sistema internacional e interamericano dos direitos humanos. Estratégias para o fortalecimento de seus mecanismos de proteção	342
Parte I	342

Direitos Humanos	342
1. Introdução	342
Parte II	351
Direito Internacional dos Direitos Humanos	351
2. Antecedentes Históricos	351
Parte III	371
Sistema ONU	371
Parte IV	380
Sistema interamericano	380
Parte V	387
Anexo I	393
Anexo II	394
Anexo III	394
Opiniões Consultivas da Corte Interamericana	400
Bibliografia	401

JOSÉ CARLOS LOUREIRO DA SILVA

A denúncia alternativa viola o direito de defesa?

A denúncia alternativa viola o direito de defesa?	406
Introdução	406
1. Denúncia e denúncia alternativa	406
2. Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa na Constituição Federal de 1988	410
3. Corrente doutrinária e jurisprudencial contrária à admissibilidade da denúncia alternativa	414
4. Corrente doutrinária e jurisprudencial favorável à admissibilidade da denúncia alternativa	417
Conclusão	419
Bibliografia	422

LEISA BORELI PRIZON

*Genocídio: Análise Histórica e Competência pelo
Tribunal Penal Internacional*

Genocídio: Análise Histórica e Competência pelo Tribunal Penal Internacional	426
1. Introdução	426
2. Antecedentes do Tribunal Penal Internacional	427
3. Definição dos Crimes pelo Estatuto de Roma	429
4. O Crime de Genocídio	431
5. Questões “Conflitantes” com a Legislação Brasileira	438
6. Princípios que regem o Estatuto de Roma	443
7. Do Processo e Julgamento pela Corte Internacional	445
8. Conclusão	447
9. Bibliografia	448

MARCELO AUGUSTO CUSTÓDIO ERBELLA

*A Defesa Técnica na Constituição Federal e no Procedimento Comum
do Código de Processo Penal Brasileiro*

A Defesa Técnica na Constituição Federal e no Procedimento Comum do Código de Processo Penal Brasileiro	450
1. As normas Constitucionais	450
2. A defesa técnica e as fases processuais do Procedimento Comum ...	451
Bibliografia	465

MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA

*Igualdade na Perseguição Criminal: Investigação e
produção de provas nos limites constitucionais*

Igualdade na Perseguição Criminal: Investigação e Produção de Provas nos Limites Constitucionais	470
1. Do Controle de Constitucionalidade e do Controle de Legalidade	471
2. Das Funções Institucionais e da Imparcialidade Pretendida na Investigação Criminal	477

3. Do Inquérito Policial, de sua Natureza e da Imparcialidade para a Investigação Criminal	485
4. Conclusões	490
5. Bibliografia	491

NILTON LUIZ DE FREITAS BAZILONI

A Necessária Correlação entre Sentença e Pedido Acusatório

A Necessária Correlação entre Sentença e Pedido Acusatório	496
I. Introdução	496
II. A Sentença	496
III. Não Formação da Coisa Julgada	500
IV. Limites Objetivos e Subjetivos	502
V. Nulidade ou Ausência de Decisão	505
VI. Os Artigos 383 e 384 do Código de Processo Penal	506
VII. A Parte Condenatória e o Trânsito em Julgado	507
Bibliografia	508

PATRÍCIA STUCCHI

O Enfoque Constitucional da Decisão de Pronúncia

O Enfoque Constitucional da Decisão de Pronúncia	510
Introdução	510
1. A Constituição Federal e o Direito Processual Penal	511
2. A Decisão de Pronúncia	532
3. O Princípio Fundamental da Dignidade Humana	543
4. O Princípio da Presunção de Inocência	550
5. A Recepção do art. 408, Caput, do Código de Processo Penal pela Constituição Federal de 1988	559
6. Conclusão	569
Bibliografia	572

RICARDO ALVES BENTO

O dogma constitucional da presunção de inocência

O dogma constitucional da presunção de inocência	576
--	-----

1. Introdução	576
2. O dogma constitucional da Presunção de Inocência	578
3. A Presunção de inocência e <i>in dubio pro reo</i>	579
4. A Presunção de inocência – um direito fundamental	582
5. A Presunção de Inocência – limitador do <i>ius puniendi</i>	583
6. A Presunção de inocência e o artigo 59 do Código Penal.....	584
7. A Presunção de Inocência e a Prisão Preventiva	584
8. A Presunção de Inocência e o artigo 594 do Código de Processo Penal	587
9. A Presunção de Inocência e a Lei nº 9.034/95	588
10. A Presunção de Inocência e o Recurso Especial	589
11. A Presunção de Inocência e a Celeridade Processual	592
12. Conclusão	594
Bibliografia	595

ROBERTA RODRIGUES CAMILO

*Instrução Probatória. Limites ao Direito à Prova. Provas Ilícitas.
As Balizas Legais e Constitucionais*

Instrução Probatória. Limites ao Direito à Prova. Provas Ilícitas. As Balizas Legais e Constitucionais	602
1. Conceito de Prova. Instrução Probatória. Direito à prova. Valoração das provas processuais e extraprocessuais	602
2. Limites ao Direito à Prova. Provas ilícitas (artigo 5º, LVI). Inadmissibilidade. Provas lícitas obtidas por meios ilícitos	606
3. Conclusão	616
4. Bibliografia	617

ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA

*Direito à Liberdade de Manifestação do Pensamento, Rádio Comunitária e o
Crime de Desenvolvimento Clandestino de Telecomunicações*

Direito à Liberdade de Manifestação do Pensamento, Rádio Comunitária e o Crime de Desenvolvimento Clandestino de Telecomunicações	620
1. Direito à liberdade	620

2. Direito à liberdade de manifestação do pensamento	621
3. Telecomunicações	622
4. Breve histórico da radiodifusão no Brasil e no mundo	622
5. Serviço de Radiodifusão Comunitária	627
6. Crime de desenvolvimento clandestino de telecomunicações	633
7. Conclusões	638
Bibliografia	638

ULISSES DE ARAÚJO FORMIGA

Direito Processual Penal – Liberdade de Imprensa e o Direito à Informação

Direito Processual – Liberdade de Imprensa e o Direito à Informação	640
1. O direito à informação	640
2. Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem e os Crimes de Imprensa	641
3. Evolução Histórica	642
4. Competência	642
5. Legitimidade <i>Ad Causam</i>	643
6. No Brasil	645
7. A Atual Lei de Imprensa	647
8. Objeto Jurídico	649
9. Condição de Procedibilidade	650
10. Direito de Resposta	650
11. Pedido de Explicações	652
12. Ação penal	653
13. Prescrição	654
14. Decadência	654
15. Exceção da Verdade	655
16. Bibliografia	655